

MIGRANTES DE TERRAS DISTANTES: A LUTA PELA VISIBILIDADE E O DIREITO DE ESTAR (VALE DO PARANHANA, RS, BRASIL)

Daniel Luciano Gevehr¹
Dilani Silveira Bassan²
Edemilson Pichek dos Santos³
Maurício Wamms da Luz⁴
Samanta Andresa Richter⁵
Tiago Hedler⁶

RESUMO: O estudo problematiza as migrações contemporâneas dos haitianos, venezuelanos, colombianos e senegaleses na região do Vale do Paranhana (RS). A análise apresenta uma perspectiva interdisciplinar, discutindo o processo de inserção desses grupos, no espaço regional, a partir da análise dos processos políticos e culturais, envolvidos nesse processo, bem como a inserção à Rede de Atenção à Saúde. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, exploratório-descritiva. O número de amostra de participantes (migrantes) será definido a partir do método Snowball. Além da participação dos próprios migrantes, como objeto de investigação, buscar-se-á contatar as secretarias municipais de Desenvolvimento/Planejamento Urbano e de Saúde dos três municípios envolvidos na pesquisa. Além disso, discute-se o processo de invisibilização destes migrantes, marginalizados socialmente pelos meios de comunicação, que não os mencionam como parte da comunidade regional, reafirmando, entretanto, sua condição de inferioridade na esfera social. O estudo tem, ainda, a discussão sobre o acesso dos migrantes ao sistema público de saúde e o direito à visibilidade social, como uma condição básica dos direitos humanos.

Palavras-chave: Migrações internacionais. Direitos Humanos, Vale do Paranhana.

¹Doutor em História e professor titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Taquara, Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: danielgevehr@faccat.br

²Doutora em Desenvolvimento Regional e professora titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Taquara. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: dilanib@faccat.br

³Graduado em Enfermagem e mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), bolsista Capes, Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Taquara Taquara. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: edemilson@sou.faccat.br.

⁴Graduado em Realização Audiovisual e mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), bolsista Capes, Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Taquara, RS, Brasil, e-mail: mauriciolluz@gmail.com

⁵Graduada em Enfermagem e mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), bolsista Capes, Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Taquara. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: samantarichter@sou.faccat.br.

⁶Graduado em Administração e mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), bolsista Capes, Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Taquara. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: tiagohedeler@sou.faccat.br.

DISTANT LAND MIGRANTS: THE STRUGGLE FOR VISIBILITY AND THE RIGHT TO BE (VALE DO PARANHANA, RS, BRAZIL)

ABSTRACT: The study problematizes the contemporary migrations of Haitians, Venezuelans, Colombians and Senegalese in the Paranhana Valley region (RS). The analysis presents an interdisciplinary perspective, discussing the process of insertion of these groups in the regional space, from the analysis of the political and cultural processes involved in this process, as well as the insertion in the Health Care Network. qualitative, exploratory-descriptive approach. The sample number of participants (migrants) will be set from the Snowball method. Besides the participation of the migrants themselves, as an object of investigation, it will be sought to contact the municipal departments of Urban Development / Planning and Health of the three municipalities involved in the research. In addition, we discuss the process of invisibility of these migrants, socially marginalized by the media, who do not mention them as part of the regional community, reaffirming, however, their inferiority in the social sphere. The study also discusses the access of migrants to the public health system and the right to social visibility as a basic condition of human rights.

Keywords: International migrations. Human Rights, Paranhana Valley.

INTRODUÇÃO

O processo migratório tem sido pauta de muitos debates. Isso tem sido motivado pelo grande fluxo de migrantes, que vem se deslocando de seus países de origem em consequência de guerras civis, catástrofes climáticas, crises políticas, entre outros aspectos.

Conforme dados do site migramundo, em 2018, o deslocamento de migrantes chegava a uma população de 250 milhões, deslocamento este, feito para diferentes países (Europa, Estados Unidos, Brasil, entre outros). Este dado revela um problema crescente, para os países receptores e sua sociedade, pois estes que aí chegam, necessitam de atendimento de saúde, habitação, educação para os filhos, emprego.

Além dos problemas sociais e econômicos, estas populações ainda enfrentam o preconceito, a exclusão e a invisibilidade por parte das sociedades que os recebem. Muitos migrantes entram nos países de forma ilegal, outros pedindo refúgio e asilo. Neste contexto se propõe discutir, principalmente, a problemática da inclusão dos migrantes no sistema de saúde no Brasil, mas não deixando de lado,

aspectos relevantes das condições sociais e econômicas, que fazem parte do processo de socialização dos migrantes.

Entende-se que o acesso a saúde é prioritário para os nacionais, mas também deve fazer parte de políticas públicas de inclusão de migrantes. Muitos migrantes, chegam ao país de destino, de forma precária, passando por situações em que falta comida, água entre outras carências. Diante deste quadro, o acesso ao sistema único de saúde, deve ser quase que imediato, o atendimento primário deverá ser dado, logo na chegada deste migrante ao país. Procura-se entender, como estes migrantes são atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. Isso é bastante desafiador, as barreiras são muitas, entre elas, o idioma seria o principal, pois como comunicar suas queixas, para que possam ser tratadas.

No Brasil as diretrizes do SUS e a Constituição Federal, reconhecem o direito do migrante, ao acesso a saúde humanizada, de qualidade e gratuita, respeitando as diferenças raciais e culturais de cada migrante. Porém, alguns problemas são recorrentes e o principal é a desinformação do migrante, com relação ao sistema de saúde do país. Estas premissas, revelam um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores públicos, na busca de soluções, via políticas públicas, para atender a demanda dos nacionais e dos migrantes.

Algumas questões se fazem necessárias para discutir esta problemática: Como transcorre o processo migratório, a inserção social e o acesso dos migrantes à Rede de Atenção à Saúde na região do Vale do Paranhana?; Qual o papel do Estado - representado na esfera local pela prefeitura municipal e suas secretarias - no processo de acompanhamento e assistência aos migrantes? No mesmo contexto, o que são políticas públicas e como se dá o apoio legal aos migrantes e seus familiares no Brasil?; Quais as imagens e representações construídas e veiculadas através das redes sociais e da imprensa local/regional sobre os migrantes?; Como acontecem as relações de produção de identidades étnicas no espaço regional e como se operacionalizam as dinâmicas de apropriação e reelaboração da cultura dos diferentes grupos étnicos no espaço regional?; Quais os recursos utilizados para acessar os serviços da Rede de atenção à Saúde?; O nexo entre migrantes e o acesso a saúde tem pouca visibilidade e reconhecimento pelos serviços e profissionais de saúde, e, possivelmente esses migrantes enfrentam barreiras nesse acesso, o que pode gerar consequências à saúde, sendo necessário um olhar da

enfermagem centrado na escuta clínica, sem julgamentos e que possibilite um amparo e apoio social a estes indivíduos.

As problemáticas elencadas, como norteadoras deste estudo, serão o norte da investigação apresentadas. O objetivo geral procura estudar as migrações contemporâneas dos haitianos, venezuelanos, colombianos e senegaleses no Vale do Paranhana (RS), numa perspectiva interdisciplinar, discutindo o processo de inserção desses grupos, no espaço regional, a partir da análise dos processos políticos e culturais, envolvidos nesse processo, bem como a inserção à Rede de Atenção à Saúde.

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, exploratório-descritiva. O número de amostra de participantes (migrantes) será definido a partir do método Snowball. Além da participação dos próprios migrantes, como objeto de investigação, buscar-se-á contatar as secretarias municipais de Desenvolvimento/Planejamento Urbano e de Saúde dos três municípios envolvidos na pesquisa. Através de entrevistas semiestruturadas, pretende-se levantar informações sobre o processo de inserção dos migrantes nos municípios e o papel do Estado - na esfera municipal - nesse processo.

O percurso da pesquisa, que se concentra na coleta de dados, é organizado a partir de três etapas fundamentais, sendo que a primeira consiste no levantamento e análise documental. Já a segunda etapa se caracteriza pela observação participante, constituindo-se como um estudo etnográfico e, finalmente, a terceira etapa, se concentra na realização das entrevistas, através da utilização de entrevistas semiestruturadas. Já a análise dos dados, se valerá da metodologia da análise de conteúdo, que permite melhor compreender as falas dos migrantes e dos demais entrevistados, que constituem o universo da pesquisa.

Em respeito aos aspectos bioéticos, todos os participantes precisarão fornecer o consentimento informado, antes de qualquer procedimento do estudo, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O proveniente estudo, necessitará da aplicabilidade de um TCLE, contemplando as demais etapas da pesquisa. Será garantida aos entrevistados a livre participação no estudo, assegurando-lhes que a pesquisa é isenta de influências hierárquicas de quaisquer naturezas, as quais possam influir no vínculo empregatício junto à instituição campo de estudo, bem como, seu anonimato será preservado.

Também será garantido aos mesmos, que as informações coletadas, serão utilizadas unicamente para fins acadêmico-científicos, sendo assegurado o caráter de livre-participação na pesquisa e o anonimato dos participantes na divulgação dos resultados do estudo.

Este estudo segue as orientações da resolução 466/12 do CNS/CONEP (BRASIL, 2012) referente à pesquisas com seres humanos, assim como também a resolução 510/16 do CNS/CONEP (BRASIL, 2016) sobre a Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais. O projeto será submetido a Plataforma Brasil e apreciação da Comissão Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Para que se possa complementar a discussão e, também caracterizar melhor, o fluxo e o acesso dos migrantes, à rede de saúde, busca-se compreender o fluxo migratório haitiano, venezuelano, colombiano e senegalês na região do Vale do Paranhana (RS). Além disso, pretende-se analisar a incorporação do migrante na região, e suas características sociodemográficas, verificar as razões da escolha do Vale do Paranhana como espaço de imigração, caracterizando os diferentes grupos de migrantes quanto à sua identidade cultural e formas de sociabilidade.

Também, busca-se compreender a dinâmica de organização social dos grupos migrantes no espaço regional, identificando o conjunto de manifestações culturais e suas formas de expressão. Nesse sentido, se faz necessário, identificar nos grupos pesquisados o processo que envolve o acesso à Rede de Atenção à Saúde (RAS), bem como as fragilidades encontradas no acesso à RAS no âmbito da Atenção Primária à saúde e compreender as políticas públicas, voltadas a essa população e, como ocorre o apoio legal aos migrantes e seus familiares, no Brasil.

O recorte geográfico escolhido foi o Vale do Paranhana, mais especificamente, os municípios de Taquara, Igrejinha e Rolante. A região do Vale do Paranhana representa uma microrregião do Estado do Rio Grande do Sul. Esta região, tem como base econômica produtiva a indústria do calçado, principalmente com foco nas exportações. No entanto, as crises internacionais, têm promovido uma queda na competitividade das indústrias, instaladas na região, mesmo diante da crise, ainda é conhecida e reconhecida pela produção calçadista.

No estudo das migrações, os fatores econômicos são importantes e fortes atrativos. Como a região é formada por um setor industrial de médio e grande porte,

a oferta de emprego no setor e, em setores derivados, pode representar um fator de atração e retenção de migrantes. No entanto, a instabilidade econômica nacional e as crises internacionais, podem representar um fator de expulsão de mão de obra, dado o fechamento de algumas matrizes, fazendo com que os migrantes procurassem alternativas de trabalho ou outras regiões para migrar.

O CENÁRIO DA PESQUISA: O VALE DO PARANHANA, RIO GRANDE DO SUL

Localizada no Rio Grande do Sul, a ocupação do território na região do Vale do Paranhana teve como ponto positivo as condições físicas e naturais. As migrações deram um caráter dinâmico, impulsionando mudanças sociais e econômicas. Esta dinâmica, acaba por provocar mudanças, de origem social e econômica, nos municípios de destino, que conforme mostra Correa (2003), há um impacto na organização das realidades regionais.

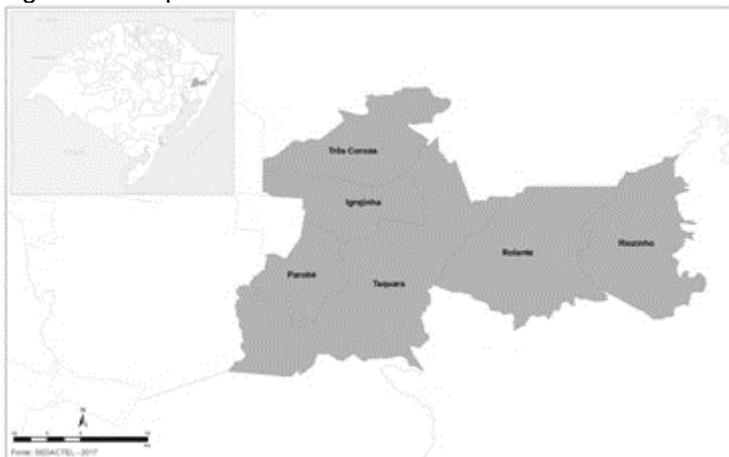
A região do Vale do Paranhana é um recorte da mesorregião metropolitana de Porto Alegre, que levou em consideração o município mais antigo da região, Taquara e importante na formação do território. Esta região é caracterizada, em sua morfologia, por uma cadeia de montanhas e escarpas da Serra Geral. Região rica em recursos hídricos que e Mata Atlântica. Teve sua origem e desenvolvimento, a partir da chegada dos imigrantes alemães, estabelecendo-se nas margens dos rios, utilizando-se de seu espírito empreendedor para iniciar, assim, o desenvolvimento deste território.

Os imigrantes alemães chegaram ao Rio Grande do Sul em 1824, com base em um acordo com o governo da época, de povoar as terras, garantindo a posse legal do território. Em 1846, Tristão José Monteiro foi um dos responsáveis pela colonização da região do Vale do Paranhana, que no princípio chamava-se de Fazenda do Mundo Novo o que hoje é o município de Taquara. Os primeiros imigrantes alemães, compraram lotes de terras e foram se estabelecendo, ao longo dos rios e das estradas dos tropeiros (BARROS, 2005; SILVA *et al.* 2005).

A região do Vale do Paranhana é composta por seis municípios e registrava, população estimada em 2019, uma população de 206.859 habitantes. De acordo com os critérios utilizados pelo Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE Vale do Paranhana, os municípios que compõem esta região, conforme a Figura 1

são: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas, totalizando uma área de aproximadamente 1.424,7 km² (FEE, 2015). Porém, este estudo terá como foco principal três destes municípios, que são Igrejinha, Rolante e Taquara.

Figura 1 – Mapa do Vale do Paranhana



Fonte: Governo do Estado do RS (2018).

O município de Igrejinha, tem área de 136,8 km² e uma população de, aproximadamente, 36.899 hab. em 2019 (IBGE, 2019). Seu processo de emancipação foi no ano de 1964. Os atrativos culturais e históricos do município, são representados pela música, arte, danças folclóricas, culinária e arquitetura típica, mantendo as tradições originárias da colonização alemã. Como em toda a região, no aspecto econômico, há predomínio da indústria calçadista, seguido pelo agropecuário e produção de hortifrutigranjeiros.

A emancipação do município de Rolante, ocorreu em 1954. Possui uma área de 297 km² de extensão e 21.349 hab. aproximadamente em 2019 (IBGE, 2019). O município tem como principal base econômica a indústria calçadista, bem como, os setores madeireiro, vestuário e vinho. Também, destaca-se, embora, em pequena escala, a cultura de fumo, hortifrutigranjeiros e atividades ligadas à produção de leite.

O município mais antigo da região é Taquara, com localização geográfica privilegiada, faz a conexão entre as regiões econômicas do Rio Grande do Sul (Serra, Litoral, Região Metropolitana e Vale do Rio dos Sinos). Taquara é um município onde a econômica se tornou diversificada, destacando-se os setores de comércio, prestação de serviços, ensino e saúde. No setor industrial, a diversificação

também está presente, buscando alternativas ao setor calçadista, representada pelo setor de plásticos, laticínios e moveleiro. O município de Taquara, sendo o município mais antigo, teve sua emancipação em 1886. Tem área de 457,1 km² e uma população estimada para o ano de 2019 de 57.466 hab. (IBGE, 2019).

Dados do início dos anos 1970, destacavam a agropecuária como a principal atividade econômica da região, sendo a indústria, bastante embrionária. No entanto, neste mesmo período, há o desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista no Vale do Sinos, que necessitando se expandir, foi buscar no Vale do Paranhana, novos espaços para a instalação do complexo coureiro-calçadista. O desenvolvimento da região do Vale do Paranhana, foi simultâneo com o do Vale do Sinos, porém em ritmo mais lento. A expansão e o sucesso do Vale do Sinos, no entanto, foi impulsionador do processo de desenvolvimento do Vale do Paranhana. As empresas Vale do Sinos, começaram a ter problemas, com o custo elevado da mão de obra, procurando desta forma estabelecer filiais no Vale do Paranhana (METROPLAN, 1995).

O desenvolvimento do comércio é um reflexo da indústria de calçados, pois ao longo das principais rodovias da região, encontra-se varejos e *outlet* de calçados e confecções em couro provinda das indústrias coureiro-calçadista. A atividade agrícola, de pequena propriedade e agricultura familiar, predomina na região, como alternativa de renda, comercializando seus produtos em feiras locais. O turismo é um dos setores que vem se destacando em municípios da região, como o turismo de aventura, ecológico e de patrimônio. O setor metal-mecânico, importante fornecedor de máquinas e equipamentos para a indústria calçadista, também aparece como uma alternativa econômica para a região.

O crescimento populacional na região do Vale do Paranhana, é bastante significativo, sendo que, da década de 1980 para 1992, representou aproximadamente 67% e no período de 2010 até 2019, a população cresceu aproximadamente 11,5%, crescimento, bem mais lento em relação aos períodos anteriores, chegando a uma estimativa de 206.859 habitantes. A instalação de empresas do setor de calçados foi um dos motivos do crescimento populacional, na década de 1980 e 1990, e também pode-se considerar, o deslocamento de população das zonas rurais para as urbanas, tendo com resultado atual, uma região

bastante urbana, com uma taxa de urbanização em torno de 80% (IBGE, 2016; IBGE, 2019).

Neste contexto, é importante considerar algumas informações, que qualificam a região e, a tornam um polo de atração de migrantes. Os municípios representantes desta pesquisa, têm elevadas taxas de alfabetização, Igrejinha com 97,3%, Taquara 97,1% e Rolante 96,9%. Este indicativo reflete, de certa forma, a qualificação da mão de obra. Outro indicador o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que tem com uma de suas variáveis a escolaridade, situa os municípios de Taquara (0,727), Igrejinha (0,721) e Rolante (0,688) para o ano de 2010, como municípios de médio e alto desenvolvimento humano. Estas poderiam ser algumas razões, para explicar os movimentos de atração de migrantes no território, dado que estes movimentos, não têm ocorrido a partir de um grupo grande de migrantes e, sim, de forma mais dispersa e, em grupos pequenos, com necessidades socioeconômicas distintas.

A investigação da dinâmica das migrações no Vale do Paranhana, neste caso, busca, identificar e compreender, os aspectos relacionados à trajetória dos migrantes, que chegaram a essa região em particular, especialmente os fluxos atuais de migrantes estrangeiros (haitianos, senegaleses, colombianos e venezuelanos) e sua inserção na comunidade local, com ênfase, no acesso ao sistema básico de atenção a saúde.

As migrações podem estar associadas à diferentes fatores econômicos, sociais, culturais e históricos, que podem representar atração ou de expulsão do território. O deslocamento pode se dar por necessidade de sobrevivência, representando a grande maioria dos casos de migração ou por outras razões. Este deslocamento pode ocorrer de forma espontânea, por decisão individual ou, por vezes, pode ser um processo altamente doloroso e dramático, representando a última saída, para uma vida com qualidade.

DIREITOS HUMANOS E INSERÇÃO REGIONAL

Um dos assuntos de maior relevância no cenário brasileiro e internacional, na atualidade caracteriza-se, como sendo o fenômeno das migrações contemporâneas. Baeninger (2018) salienta que o cenário das migrações internacionais, no século XXI, tem sido marcado por movimentos migratórios, que incluem percursos, cada

vez mais intensos, entre os países do Sul global. Este acontecimento, tem a influência de modificar a dinâmica das relações interpessoais das regiões brasileiras, senão de todo o país.

Castles (2005) propõe um re-enraizamento da pesquisa sobre migrações, num entendimento mais geral da sociedade contemporânea e, conectando-a as teorias mais amplas, da mudança social no âmbito interdisciplinar. Aqui se evidencia a necessidade dos pesquisadores, em se debruçar no tema migratório, ao encontro de apontar quais serão as conexões entre este fato e a realidade apresentada nas cidades brasileiras, onde esta atividade poderá ser um dos fatores de maior influência na transformação geral da sociedade.

Todavia, essas populações que migram, trazem consigo, a condição recebida em seu país de origem, fato este que influenciará em sua provável ocupação no Brasil. George (1971) enfatiza a realidade que a maioria dos migrantes, parte desses países com economias atrasadas e são trabalhadores não especializados, aceitam trabalhos ingratos, mal remunerados, insalubres e perigosos. Ao se depararem com uma sociedade competitiva no destino, esses migrantes concorrerão, na busca por oportunidades de emprego, com a população brasileira, muitas vezes também desempregada, as poucas vagas que existem e, conseqüentemente, exigentes de qualificações específicas superiores. Deste modo, esses trabalhadores estrangeiros, podem acabar aceitando atividades desfavoráveis, ao mando de seu sustento.

Em um panorama sobre as migrações históricas, Becker (1997) traz à tona que a decisão de migrar, no passado, era essencialmente, decorrente da decisão pessoal e não pressionada ou produzida por forças socioeconômicas exógenas. Na contemporaneidade, migrar, muitas vezes, tornou-se a condição de sobrevivência, tendo em vista que, a realidade encontrada no país de origem não permite o fomento das condições mínimas de progresso.

Maalouf (2009) identifica o ser humano que sai de sua terra, como sendo um ser único e irrepetível, portador de uma identidade moldada no decorrer de sua inédita história, em interação constante com o meio ambiente social, político, econômico e cultural em que viveu. Estes indivíduos, ao desembarcarem em uma terra estrangeira, podem modificar a realidade local através das interações culturais, sociais e econômicas, mediante as suas intervenções.

Ao se importar com a paisagem social da região, pode-se encontrar motivações ou respostas, para a conjuntura local nas migrações contemporâneas. Para Martín-Barbero (2006) falar de identidade hoje implica – se não quisermos condená-la ao limbo de uma tradição desconectada das mutações perceptivas e expressivas do presente – falar das migrações e mobilidades, de redes e de fluxos, de instantaneidade e de fluidez. Um dos produtos deste fenômeno, são as sociedades atuais, repletas de singularidades e hibridização, possuindo os indivíduos que ali circulam hábitos multiculturais e globais, como resultado das migrações, enriquecendo as identidades.

Bauman (2005), por seu turno, identifica que, ajustar as peças e pedaços, para formar um todo consistente e coeso chamada “identidade”, não parece ser a principal preocupação de nossos contemporâneos. Para um corpo social, que prioriza apenas aspectos econômicos, como sendo a efetividade, questões de equilíbrio comunitário das populações que ali residem, ficam em segundo plano, estando o fato ao encontro do marasmo natural cotidiano, sem valia, ao invés de provocá-lo.

Nesse contexto, falar de migrantes na Região do Paranhana é, salientar o papel dos haitianos – que é, sem dúvida, o grupo mais expressivo numericamente – para a transformação das relações sociais locais. Magalhães (2018) afirma que a imigração haitiana no Brasil, é um fenômeno social que, embora recente (os primeiros registros desta presença no país são do final de 2010), insere-se em um contexto de diversos processos históricos de emigração (Cuba, República Dominicana, Estados Unidos, Canadá, França e Bahamas) que, desde meados do século XIX, têm produzido no Haiti uma tradição migrante. Através dessa condição na origem, grupos de haitianos, tem levado, desde 2010, migrar para o Brasil, como forma de resgatar a sua cidadania e, sobretudo, sobreviver em um cenário global atual de crises, desde econômicas e humanitárias, que são latentes.

Velasco; Mantovani (2016) colocam que em 2015, os haitianos lideraram o ranking de chegada ao país, pelo segundo ano consecutivo, de acordo com os dados da Polícia Federal. Foram 14.535 haitianos registrados pela PF. A nacionalidade é a que mais que se destaca pelo crescimento nos últimos cinco anos. Em 2011, segundo a PF, apenas 481 haitianos deram entrada no país – ou seja, houve um aumento de mais de 30 vezes. Em apenas 5 anos, o fluxo dessas

populações cresceu, de maneira desproporcional, ao aumento dos desastres ou crises globais, evidenciando aqui um possível acolhimento dos brasileiros, ao pedido humanitário dos haitianos, contribuindo como refúgio. Nessa perspectiva, após recebê-los, se faz necessária a incorporação e inserção social dessas pessoas a sociedade brasileira.

A cidade – considerada como a menor dimensão escalar do espaço nacional - tendo recebido, entre seus limites territoriais, grupos oriundos da migração, testemunha o afastamento desses agrupamentos das áreas importantes, de maneira territorial e social. Magalhães; Bógus; Baeninger (2018) defendem que as territorialidades migrantes, podem frequentemente, ocupar um mesmo espaço, no que as hierarquias (étnicas, políticas e econômicas) definem os limites da apropriação do espaço urbano pelos grupos imigrantes. Nessa analogia, as condições locais de moradia e ascensão social dependerão da permissão de grupos que controlam as oportunidades locais, devido a influência que possuem, na comunidade.

Martínez (2018) expõe que olhar as migrações internacionais, na ótica psicossocial significa, em outros termos, prestar atenção aos sujeitos, dar prioridade aos atores que as compõem. A coletividade é construída pelos indivíduos, que ali residem, e nesse aspecto, priorizar grupos vulneráveis, mostra-se o caminho a ser percorrido, na perspectiva de proporcionar desenvolvimento a todos, compensando as desigualdades e caminhando numa perspectiva da equidade.

Seguidamente, se pode identificar nos moradores locais, discursos de vaidade quanto as origens caucasianas daqueles que os construíram, como repulsa ao fenômeno das migrações contemporâneas. Hall (2015) O fortalecimento de identidades locais, pode ser uma reação defensiva de determinados grupos étnicos quando se sentem ameaçados por outras culturas. Ao se enaltecer grupos tradicionais da população do lugar – como é o caso do grupo étnico de origem germânica do Vale do Paranhana –, se busca diminuir aqueles que, por sua vez, não são considerados dignos de prosperar, por serem forasteiros pátrios e, sobretudo, culturais.

Kymlicka (1996) amplia o debate, afirmando que a diversidade cultural, surge da migração individual e familiar. O Brasil caracteriza-se, nesse sentido, como território construído através das migrações históricas e contemporâneas, onde esses

grupos migrantes, mostram-se primordiais, para o desenvolvimento de todas as esferas da sociedade brasileira, se apresentando como o principal patrimônio cultural de que dispomos.

A SAÚDE DOS MIGRANTES: DAS LEIS NACIONAIS À O ACESSO REGIONAL

Os processos migratórios contemporâneos são um fenômeno global e vêm adquirindo conformações específicas nos continentes. Nessa perspectiva, o Brasil faz parte desse contexto migratório, recebendo migrantes de vários outros países e em situações bastante diferenciadas (UEBEL, 2016). Ao considerar o acesso dessa população nos serviços de atenção à saúde evidencia-se a necessidade da construção de modelos de atenção abrangentes e interdisciplinares, que busquem alcançar a multifatorialidade na explicação dos fenômenos relacionados às migrações e saúde, e que se constituam na interface dos diferentes campos do saber (GOLDBERG; MARTIN; SILVEIRA, 2015).

Nesse sentido, deve-se considerar as questões dos diferentes deslocamentos, visto que esses processos envolvem explicações multifatoriais, principalmente fatores relacionados ao trabalho, como agravante, esses trabalhadores ocupam postos mais baixos do mercado de trabalho, é o caso de haitianos, senegaleses, ganeses, bengalis, bolivianos, entre outros (GRANADA *et al.* 2017).

Em uma escala global, têm se levantado diversas questões relacionadas às especificidades da condição dos migrantes, bem como, às desvantagens cumulativas sofridas por essa população, principalmente no que tange ao acesso à saúde. Essa questão, tem preocupado responsáveis políticos e pesquisadores, que estudam a inserção à saúde dos imigrantes, nos países de acolhimento. Alguns estudos destacam que, nesse contexto, existem grupos particularmente vulneráveis, no que se refere ao acesso à saúde, especialmente os migrantes recém-chegados, os que apresentam dificuldades na língua do país de acolhimento, os que nunca tiveram contato com os serviços públicos de saúde, os que vivem em situação de irregularidade/clandestinidade ou em situações de precariedade e isolamento (GRANADA *et al.*, 2017; MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018).

No caso particular, das entrevistas realizadas com migrantes, na região do Vale do Paranhana, especificamente com haitianos, por representar um número mais significativo, destaca-se positivamente, a busca dos serviços no SUS, a inserção do serviço nos conglomerados de migrantes, através da Estratégia de Saúde da Família (ESF), a gratuidade do sistema e a qualidade do atendimento; e, como negativos, a segregação populacional migrante, adstrição da população, restringindo-se a usuários residentes em um território específico e ao cartão SUS, principalmente pela da necessidade de comprovante de residência brasileira para seu registro e aquisição. Há poucos aspectos culturais que se colocam como entraves para este acesso, de acordo com os entrevistados, mas que mesmo assim, carregam suas crenças e costumes vivenciados, de forma individual, ou em pequenos grupos que se formam, com por exemplo, a conversação na língua de origem, as comidas e danças trazidas de suas origens.

As condições de saúde dos migrantes, destacam-se com um importante passo para a concretização da inserção e integração dos migrantes à sociedade. Nesse sentido, é necessário pensar nas consequências que as migrações trazem para o sistema de saúde, e o papel do Estado para com a saúde desta população. Com isso, faz-se necessário a criação de políticas de inclusão não discriminatórias, para que se obtenham resultados eficazes.

Nesse âmbito, é preciso discutir o direito à saúde, sob a perspectiva dos direitos humanos, que implica o respeito à dignidade humana, mantendo o dever dos Estados em garantir condições para o exercício do direito através de leis e políticas públicas eficazes. Também cabe ressaltar que, embora não exista uma regulamentação específica para o acesso à saúde pelo migrante no Brasil, os princípios que regem a política do SUS adotados pela Constituição Federal Brasileira e a Lei Federal Orgânica do SUS, não impede o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde da Rede de Atenção à Saúde, sejam migrantes regularizados ou não, membros ou não do MERCOSUL (GUERRA; VENTURA, 2015). Em consonância, alguns estudos também revelaram iniquidades no acesso aos serviços de saúde (LEÃO *et al.* 2017, EBERHARDT; MIRANDA, 2017; GUERRA; VENTURA, 2015) exigindo enfrentamentos de barreiras, relacionadas à equidade, a universalidade, a integralidade e a não discriminação.

Para garantir o direito ao acesso integral e universal, aos serviços de saúde, por essas populações, é importante compreender as especificidades da população migrante, promoção da equidade de acesso à saúde, nomeadamente no trabalho, luta contra as desigualdades, discriminação e preconceito, desenvolvimento das políticas públicas e oferta de serviços adaptados às novas demandas sociais. Assim, reitera-se a necessidade da realização de acordos cooperativos e de atividades conjuntas que estabilize políticas e programas, e enfrente, em conjunto, as dificuldades apresentadas diante da complexidade do processo de integração regional nos serviços de saúde.

A MULHER MIGRANTE: (IN)VISIBILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

As mulheres são a maioria da população brasileira (50,77%) e as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2010). Sendo assim, é um público que busca, constantemente, os atendimentos oferecidos pelos serviços de saúde. A saúde da mulher, engloba a mulher em seus demais ciclos da vida, desde a infância até a sua velhice.

Algo relevante é o aumento da população idosa, particularmente da mulher que apresenta cerca de 10,5 % da população acima de 60 anos, número maior que dos homens, muitos estudos já projetam que este número aumentará até 2020, alcançando até 14,0% a população feminina idosa (BRASIL, 2010). Ao considerar este dado, é importante salientar que as mulheres são usuárias assíduas no serviço, o que nos leva a reflexão que esta demanda aumentará, e que o aumento desta população específica se dá exatamente por essa procura pelos atendimentos, diferentemente dos homens.

No Brasil, a saúde da mulher foi incorporada às políticas nacionais de saúde, nas primeiras décadas do século XX, sendo limitada, nesse período, às demandas relativas à gravidez e ao parto. Os programas materno-infantis, elaborados nas décadas de 30, 50 e 70, traduziam uma visão restrita sobre a mulher, baseada em sua especificidade biológica e no seu papel social de mãe e doméstica, responsável pela criação, pela educação e pelo cuidado com a saúde dos filhos e demais familiares (BRASIL, 2004).

A Atenção Básica (AB) ou Atenção Primária à Saúde (APS) é realizada em todo o país, de forma descentralizada, próxima ao usuário, sua família, seu território e suas condições de vida. As unidades básicas de saúde (UBS), onde trabalham as equipes de Saúde da Família (ESF) ou de Atenção Básica tradicional (EAB), são a principal porta de entrada do sistema e o ponto de contato preferencial do usuário (BRASIL, 2013), e isso não difere no atendimento no contexto da saúde da mulher, sendo também a porta de entrada do atendimento a essas mulheres.

A importância epidemiológica do câncer no Brasil e sua magnitude social, as condições de acesso da população brasileira à atenção oncológica, os custos cada vez mais elevados na alta complexidade refletem a necessidade de estruturar uma rede de serviços regionalizada e hierarquizada que garanta atenção integral à população. Os elevados índices de incidência e mortalidade por câncer do colo do útero e da mama no Brasil justificam a implantação de estratégias efetivas de controle dessas doenças que incluam ações de promoção à saúde, prevenção e detecção precoce, tratamento e de cuidados paliativos, quando esses se fizerem necessários (BRASIL, 2013).

Ao considerar a alta incidência e a mortalidade relacionadas a essas doenças, é responsabilidade dos gestores e dos profissionais de saúde realizar ações que visem ao controle dos cânceres do colo do útero e da mama, também cabe destacar o papel da Atenção Básica no que tange aos cuidados paliativos. O tratamento dos cânceres nem sempre é curativo. Mesmo diante de todo o aporte tecnológico atual, existem falhas terapêuticas, que ocorrem com mais frequência quando o quadro é mais avançado no diagnóstico (BRASIL, 2013).

Em relação às políticas públicas, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004), desenvolve ações frente às desigualdades sociais, econômicas e culturais que se revelam no processo de adoecer e morrer das populações e de cada pessoa em particular, de maneira diferenciada (BRASIL, 2004).

No âmbito do movimento feminista brasileiro, esses programas são vigorosamente criticados pela perspectiva reducionista com que tratavam a mulher, que tinha acesso a alguns cuidados de saúde no ciclo gravídico-puerperal, ficando sem assistência na maior parte de sua vida. Com isso, a Política de Atenção Integral

à Saúde da Mulher deve contemplar a população feminina acima de 10 anos (BRASIL, 2004).

A mortalidade materna apresenta-se como um bom indicador para avaliar as condições de saúde de uma população. A partir de análises das condições em que e como morrem as mulheres, pode-se avaliar o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade (BRASIL, 2004).

A Política Nacional de Atenção Básica (2012), orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. No Brasil, a Atenção Básica é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas. Ela deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. Por isso, é fundamental que ela se oriente pelos princípios do SUS. (BRASIL, 2012).

Contudo as mulheres migrantes possuem grande risco de exclusão social e, geralmente, experimentam iniquidades em saúde, com base em gênero, país de origem ou status socioeconômico. Os programas tradicionais, de promoção da saúde projetados para essa população, têm se concentrado em cobrir suas necessidades básicas ou modificar comportamentos, no estilo de vida (BONMATÍ-TOMAS *et al.*, 2019). Ainda que se tenha um conjunto de políticas voltadas às mulheres, nenhuma delas são voltadas, especificamente à mulher migrante, sendo esta, vista em um contexto geral da população feminina.

Questões culturais, como a identidade de gênero, a percepção do seu próprio corpo, a religiosidade, os tabus relacionados ao ciclo menstrual, a gestação e, de uma forma mais ampla, a sua própria sexualidade, não são contempladas, em nenhuma política pública voltada ao atendimento das mulheres migrantes no Brasil.

A INVISIBILIZAÇÃO DOS MIGRANTES NO VALE DO PARANHANA

O que representa e o que significa a invisibilidade do migrante? A palavra invisível, significa algo que não é visto, que está fora do alcance da visão normal e se levarmos este significado para as condições de migrantes, o que observa-se é

exatamente isso, uma completa invisibilidade das pessoas que migram para outros territórios e que são desconhecidas da comunidade e excluídas de seu convívio.

É neste sentido, que Germani (1974) passa a estudar as migrações no âmbito do social, tendo por base três aspectos: o primeiramente em relação processo decisório de migrar, seguido pelo fluxo de um local de origem até o destino, e por fim a aculturação dos indivíduos. A definição de aculturação, proposta pelo autor, se baseia na aquisição dos costumes, comportamentos, hábitos, valores da comunidade local, pelo migrante.

Para Goldberg (1996) a experiência humana na migração, proporciona uma heterogeneidade, ocasionando um confronto cultural entre os indivíduos. O autor ainda considera que a não homogeneidade que a migração ocasiona é um processo natural, enquanto a homogeneidade é um ardil. Essa heterogeneidade também é estudada por autores como Glick Schiller, Bach e Szanton Blanc (1992), que utilizam a terminologia transmigração, que por sua vez também incorpora o acultramento de Germani (1974). Para os autores, a cultura e a visão dos migrantes contemporâneos, contrapõe-se a cultura já estabelecida pelos descendentes dos migrantes históricos, criando tensões, divergências, que por sua vez tendem, com o passar do tempo, ampliar as experiências humanas.

Complementando esta linha de pensamento Ianni (1996) compreende que, em muitos casos, os migrantes mantêm as diferentes identidades, tanto raciais, quanto nacionais e étnicas. Nestes casos tornando-os aptos a expressarem suas resistências, todavia a tensão existente entre a comunidade e os migrantes pode ocasionar num silenciamento das expressões. Além de que, durante essa contraposição cultural, uma polarização pode representar o migrante, hora como herói, hora como vilão, variando entre as oportunidades, da mesma forma em que pode invisibilizar ou resumir o migrante as suas características de origem.

A partir das discussões sobre cultura e processos de visibilização – neste caso sobre os migrantes – se propõe uma análise crítica sobre um conjunto de reportagens, produzidas e publicadas por veículos de comunicação do Vale do Paranhana.

O primeiro caso consiste na publicação sobre dois sinistros, envolvendo migrantes na região. A primeira reportagem, inicia com a seguinte frase “Um homem, com 43 anos, de nacionalidade haitiana, foi encontrado morto, por volta das 15h30,

na tarde deste sábado (20), na Rua Osvaldo Aranha, no Bairro Empresa, em Taquara⁷, e a segunda em que a vítima é apresentada da seguinte forma “Ao chegarem ao local, encontraram a vítima, uma mulher de origem haitiana, muito lesionada.”⁸

Em ambos os casos, é possível observar que os indivíduos ao serem identificados, passaram a ser representados por sua nacionalidade, deixando a parte quaisquer outras características ou informações que os distinguissem. Observa-se, assim, que nas duas ocasiões os veículos de comunicação optaram por uma generalização para a representação dos indivíduos, desta forma permitindo um distanciamento pessoal.

Encontra-se na literatura, autores que estudam a participação do migrante, bem como a representação e a relação com a comunidade receptora, no campo da comunicação, mais especificamente nos espaços da internet, a exemplo das redes sociais (BRIGNOL; COSTA, 2016; NAVARRO GARCIA, 2014; SCOPSI, 2009). Dentre os aspectos analisados por estes, é possível sublinhar as dinâmicas de interação, desenvolvimento de políticas culturais e de entretenimento, processos de instalação, afabilidade, e interação nos novos contextos.

Esses estudos possibilitam a compreensão dos propósitos e das necessidades específicas, da realidade migratória, através de uma análise da vivência nas redes sociais. Elhajji e Mallerba (2016) complementam que o advento e a popularização da internet, possibilitaram um desencadeamento nas teias de relacionamento das comunidades de migrantes, e por consequência, de suas análises.

Desde a chegada dos migrantes contemporâneos, no Vale do Paranhana, é possível observar, nos meios digitais a existência da produção de conteúdos, com foco nestes indivíduos. Tal observação é mais perceptível nas redes sociais, mais especificamente no Facebook. Todavia, a maior produção, tem como origem a comunidade receptora, que se utiliza desses espaços, para propagar suas considerações, opiniões, e numa expressiva amostragem, sem haver a interação com os indivíduos, sobre quem estão discutindo.

⁷Disponível em: <http://www.jornalpanorama.com.br/novo/haitiano-e-encontrado-morto-em-residencia-em-taquara/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

⁸Disponível em: <http://www.jornalpanorama.com.br/novo/mulher-e-atropelada-ao-atravesar-a-ers-115-em-igrejinha/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

A partir da busca destas interações digitais coleta-se relatos⁹ como: “De onde vc eh sera que consegue uma para uns haitianos aki em Sapiranga”¹⁰; “A loja que foi condenada por ter empregados haitianos, em regime de escravidão, faz piada com pessoas mortas. Vão sentir futuramente a rejeição do povo, por algo tão abominável.”¹¹; “[...] Brasil maioria sem estudos. Fora daqui são todos formados. olha os haitianos não conheço um q não seja formado e fale bilíngue onde forem nos outros países conseguirão emprego.”¹²; “Não acredito que tô vendo essa sena: (os migrantes vem pra cá para tentar ter e dar uma vida digna pra suas famílias TRABALHANDO E NÃO ROUBANDO! e vem esses filho da puta da fiscalização e levam embora tudo que conquistaram trabalhando NOJO DISSO”¹³; “UM COMERCIANTE FOI ESFAQUEADO PELOS VENEZUELANOS EM UM ASSALTO, E O POVO REVOLTADO EXPULSA DO BRASIL, ELE NÃO MORREU E PASSA BEM SEGUNDO INFORMAÇÕES”¹⁴.

Tais excertos, evidenciam que o conteúdo, encontrado nas redes sociais, demonstram que na comunidade receptora, os populares tendem a discutir mais a situação da migração contemporânea que os meios de comunicação, existentes nos locais. Observa-se também que no ambiente em que estes relatos estão inseridos, não existe a participação dos migrantes as quais se referem, demonstrando que o diálogo na verdade é um monólogo, onde por mais que inúmeros indivíduos participem da discussão, a mesma ocorre apenas entre os receptores, sem a presença do migrante.

Os trechos também corroboram a afirmação de Ianni (1996) ao observar que os migrantes são vistos como heróis, quando suas qualidades são enaltecidas, mesmo que de forma generalizada e que pode não compreender todos os migrantes, como é o caso do recorte sobre os haitianos serem bilíngues e que

⁹ Os relatos estão sendo apresentados de forma literal, exatamente como encontrados.

¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2453562241575863&set=p.2453562241575863&type=1&theater>. Acesso em: 27 abr. 2019.

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/manueladavila/photos/p.2100993386615777/2100993386615777/?type=1&theater>. Acesso em: 15 mai. 2019.

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/614321188581473/permalink/2478395975507309/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/614321188581473/permalink/1941071592573086/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

¹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/Tvonlinereport.aovivo/videos/vb.594985900681924/22865712775882/?type=2&theater>. Acesso em: 24 jun. 2019.

conseguirem trabalho em qualquer lugar; mas também como vilões, no momento que falam sobre o assalto e a expulsão do Brasil.

Por fim, compreende-se que, há uma tensão sobre a presença dos migrantes, no Vale do Paranhana, principalmente os de origem haitiana e venezuelana, mas que em contrapartida não é acompanhada de um diálogo com os migrantes, que por sua vez podem estar sendo ao mesmo tempo discutidos, silenciados, ou ao menos não participam nestes momentos. Fato que deve ser analisado, caso exista a intenção de diminuir as barreiras entre os migrantes e as comunidades receptoras, seja elas quais forem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso dos imigrantes, desde seu espaço de partida, até o espaço de chegada e, de forma mais particular, o lugar escolhido para fixar moradia, permite compreender parte da dinâmica que envolve a mobilidade dos sujeitos, em constante trânsito pelos territórios. Neste contexto, pensar as migrações internacionais, na perspectiva dos direitos humanos, é fundamental.

Estudar os imigrantes, fixados na região do Vale do Paranhana, no extremo sul do Brasil, mostra a dinâmica que envolve a mobilidade humana no território, no qual a complexificação das relações é um elemento presente e requer, portanto, uma problematização, no sentido de contribuir para a identificação e caracterização destes grupos humanos, que apresentam elementos culturais próprios, que causam, muitas vezes, estranhamentos, mas também aproximações possíveis, entre aqueles que chegam e aqueles que já estavam no espaço de chegada.

Considerando a questão dos direitos humanos como um ponto fundamental, na luta pelo reconhecimento e pela visibilidade e reconhecimentos das pessoas que ultrapassam fronteiras nacionais, em busca de um lugar melhor – e seguro – para viver, se deve refletir, também sobre as condições básicas de sobrevivência destes grupos, no lugar de chegada, ou seja, no país de chegada e, numa dimensão escalar mais particular, sobre as comunidades, onde esses grupos humanos se instalam e constroem novas formas de sociabilidade e de convivência.

É neste cenário que se deve discutir o acesso dos migrantes à um direito básico, universal, que é o acesso ao atendimento básico em saúde, garantido no

Brasil, através do SUS. A inserção e o acesso dos migrantes ao sistema público e gratuito de saúde é desconhecido, por parte da população que emigra para o Brasil e daí, a necessidade de políticas públicas de aproximação destas comunidades migrantes aos seus direitos, assegurados por lei.

Outro ponto fundamental que se deve pensar, na perspectiva da garantia dos direitos humanos dos imigrantes, é o seu direito a dignidade e a visibilidade, uma vez que estes grupos são, muitas vezes, marginalizados pelas comunidades que os recebem. A construção e difusão de imagens e representações negativas, que associam os migrantes a ações negativas, como crimes e atos de violência, infelizmente, ainda são comuns, ao mesmo tempo em que se produz um discurso de inviabilidade sobre sua presença na esfera social e cultural, o que reafirma a condição do imigrante, enquanto um sujeito inferior e desigual.

Identificar, problematizar e produzir conhecimento sobre os imigrantes, no cenário contemporâneo é de suma importância, especialmente para que se tenha condições de, a partir de uma análise mais aprofundada sobre o seu universo particular, se consiga lutar para a implementação de leis e ações, por parte do poder público, no sentido de assegurar direitos, que são universais e assegurados, como legítimos e parte dos direitos humanos universais de todos os cidadãos, independentemente da sua origem.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Migrações Sul-Sul. In BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino *et alii* (orgs.). **Migrações Sul-Sul**. 2.ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BARROS, P. H. L. Das senzalas às atafonas: a memória do trabalho escravo e do negro liberto em Taquara. In: REINHEIMER, Dalva (Org.). **Terra, gente e fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo**. Taquara: Faccat, 2005.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia e contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Explorações geográficas: percurso no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319-367.

BRASIL. **Caderno de Atenção Básica: controle dos cânceres do colo do útero e da mama.** 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/cab13.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação.** Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 09 set. 2019.

BONMATÍ-TOMAS, A. *et al.* Salutogenic health promotion program for migrant women at risk of social exclusion. **International journal for equity in health**, v. 18, n. 1, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/31481094>. Acesso em: 11 set. 2019.

CASTLES, S. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais.** Lisboa: Fim de século, 2005.

CORREA, S. M. S. (Org). **Migração e a (re)construção do capital social: capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

EBERHARDT, L. D.; MIRANDA, A. C. Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 299-312, 2017.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Resumo estatístico municipal.** Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 22 jun. 2015.

GEORGE, P. **Geografia da população.** São Paulo: Saber Atual, 1971.

GOLDBERG, A.; MARTIN, D.; SILVEIRA, C. Por um campo específico de estudos sobre processos migratórios e de saúde na Saúde Coletiva. 2015. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, n. 53, 2015.

GRANADA, D. *et al.* Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, p. 285-296, 2017.

GUERRA, K.; VENTURA, M. Bioética, imigração e assistência à saúde: tensões e convergências sobre o direito humano à saúde no Brasil na integração regional dos países. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, 2017.

HALL Stuart. **Identidade cultural na pós modernidade.** 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2019.

KYMLICKA, Will. **Ciudadanía multicultural**. Barcelona: Paidós, 1996.

LEÃO, L. H. C. *et al.* Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00181816, 2017.

MAGALHÃES, L. F. A.; BÓGUS, L.; BAENINGER, R. Migrantes e refugiados Sul: sul na cidade de São Paulo: Trabalho e espacialidades. In: BAENINGER, R.; BÓGUS, L. M.; MOREIRA, J. B. *et al.* (orgs.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

MAGALHÃES, L. F. A.; BÓGUS, L.; BAENINGER, R.. Migrantes Haitianos e Bolivianos na Cidade de São Paulo: Transformações Econômicas e Territorialidades Migrantes – REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 26, n. 52, abr. 2018, p. 75-94.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MAALOUF, A. **L'identità**. Milano: Bompiani, 2009.

MARTIN, D.; GOLDBERG, A.; SILVEIRA, C. Immigration, refuge and health: sociocultural analysis in perspective. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 26-36, 2018.

MARTÍNEZ, M. F.; MARTÍNEZ GARCÍA, J. Procesos migratorios e intervención psicosocial. **Papeles del Psicólogo**, v. 39, n. 2, p. 96-103, 2018.

METROPLAN. **Plano estratégico de desenvolvimento do Paranhana/Encosta da Serra**. Porto Alegre, 1995.

MIGRAMUNDO. Disponível em: <<https://migramundo.com>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PEREIRA, C. R. **Direitos humanos fundamentais: o tráfico de pessoas e a fronteira**. São Paulo: Ltr, 2015.

PEREIRA, J. C. Acolhida a migrantes e refugiados: a ética da pastoral do migrante e os desafios para a democracia no Brasil. **Travessia, Revista do Migrante**, n. 79, p. 101-126, 2016,

SILVA, Â. A. *et al.* O empreendimento da fazenda do Mundo Novo. In: REINHEIMER, D. (Org.). **Terra, gente e fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo**. Taquara: Faccat, 2005. p. 13-34

UEBEL, R. R. G.; RÜCKERT, A. A. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no Século XXI. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 31, 2017.

VELASCO, V.; MANTOVANI, F. Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF. **G1**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

Artigo recebido em: 29/10/2019

Artigo aprovado em: 13/11/2019

Artigo publicado em: 18/11/2019